

PRESIDÊNCIA DO CNJ

GESTÃO

2018

SETEMBRO A
DEZEMBRO DE



Presidente: Ministro José Antonio Dias Toffoli
Corregedor Nacional de Justiça: Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins
Conselheiros: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga
Maria Iracema Martins do Vale
Márcio Schiefler Fontes
Daldice Maria Santana de Almeida
Fernando César Baptista de Mattos
Valtércio Ronaldo de Oliveira
Francisco Luciano de Azevedo Frota
Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva
Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
André Luiz Guimarães Godinho
Valdetário Andrade Monteiro
Maria Tereza Uille Gomes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Carlos Vieira von Adamek

**Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica:** Richard Pae Kim

Diretor-Geral: Johaness Eck

EXPEDIENTE

Secretaria Geral (SG)
Secretaria Especial de Programas, Projetos e Gestão Estratégica (SEP)
Diretoria Geral (DG)

Secretária de Comunicação Social: Giselly Siqueira
Texto: Thaís Ciegliniski e Jônathas Seixas
Revisão: Carmem Menezes
Projeto gráfico: Matheus Durães

2018

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SEPN Quadra 514 Norte, Lote 9, Bloco D
Brasília-DF

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

PRESIDÊNCIA DO CNJ

GESTÃO

SETEMBRO A DEZEMBRO DE

2018

BRASÍLIA
DEZEMBRO DE 2018



Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ

“ Se a sociedade está em transformação, a Justiça também precisa se transformar. E, como falava Shakespeare, ‘a transformação é uma porta que só se abre por dentro’. Eis a chave dessa transformação: eficiência, transparência e responsabilização! O Conselho Nacional de Justiça vem empreendendo significativos esforços por maior integração, sistematização e modernização do Poder Judiciário Nacional, aperfeiçoando a coleta de dados, realizando diagnósticos, estabelecendo metas e aperfeiçoando os sistemas de controle.”

Ministro Dias Toffoli,
presidente do CNJ

APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça possui a desafiadora missão de tornar efetiva a prestação jurisdicional em âmbito nacional, especialmente em uma nação como a nossa, com aproximadamente 80 milhões de processos em tramitação e, ainda, em um país com inúmeras peculiaridades regionais e de extensa dimensão territorial. Por isso, ao mesmo tempo em que é latente a necessidade de modernização e de aprimoramento da gestão judiciária, é essencial ter em mente que não se planeja o futuro sem conhecimento da realidade. Cabe a este Conselho, enquanto órgão central de planejamento e gestão do Poder Judiciário, mudar esse cenário e avançarmos para termos um Judiciário cada dia mais eficiente, transparente e responsável. O que o CNJ, sob a presidência do Ministro Dias Toffoli, tem feito para alcançar esses objetivos?

No âmbito da Secretaria-Geral, vem-se trabalhando com afinco no sentido de acelerar-se os julgamentos, com vistas a apreciar, na própria sessão, a totalidade de processos pautados. Além disso, deve ser ressaltado também o trabalho desenvolvido com vistas à ampliação e evolução do PJe, bem como as iniciativas voltadas para a melhoria do sistema carcerário e da segurança pública, traduzidas em ações concretas que transformarão a vida dos cidadãos.

A criação da Secretaria Especial de Programas, Projetos e Gestão Estratégica – SEP consiste também em uma das grandes inovações da presidência do Ministro Dias Toffoli, tendo havido uma estruturação interna para que as comissões permanentes, fóruns, comitês e grupos de trabalho possam implantar as suas ações pensando no futuro do Judiciário.

Nesse período houve a criação do Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais com o apoio da Corregedoria Nacional de Justiça, o investimento na transparência e qualidade dos serviços judiciários, a promoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias, a ampliação das ações contra a violência doméstica e de gênero, o trabalho escravo e a priorização das políticas intersetoriais na área da infância e da juventude.

Não se descuidou também da premência de trabalhar-se com a inteligência artificial, a replicação nacional, a priorização das grandes obras paralisadas no país, a desburocratização do Poder Judiciário, a capacitação e o cuidado da saúde e da segurança dos servidores e dos magistrados, e a gestão socioambiental de nossos tribunais - saldo este que será apresentado mais detalhadamente neste relatório.

Para 2019, o que se pode esperar é um trabalho certamente ainda mais intenso, voltado não só ao aperfeiçoamento da gestão e do funcionamento do Poder Judiciário, como também à assunção de papel de relevo na resolução dos grandes problemas nacionais, o que certamente ocorrerá com a valorosa colaboração de cada um dos Conselheiros, tribunais, magistrados, servidores do Judiciário e os parceiros públicos e privados.

CARLOS VIEIRA VON ADAMEK
Secretário-Geral do
Conselho Nacional de Justiça

RICHARD PAE KIM
Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica

CNJ EM NÚMEROS

Movimentação Processual

Nos últimos três meses (entre setembro e dezembro de 2018) o CNJ realizou 12 sessões, sendo seis sessões ordinárias e seis sessões virtuais. No total, até a finalização deste relatório, foram julgados 88,49% dos processos pautados.

	Quantidade de Sessões	Processos Pautados	Processos Julgados
Sessões Presenciais	6	109	66
Sessões Virtuais	6	207	157

	Vista Regimental	Processos Adiados e/ou Retirados
Sessões Presenciais	16	27
Sessões Virtuais	12	37

Obs.: Os dados da 51ª Sessão Extraordinária não foram incluídos no Relatório de Gestão.



Foram julgados
88,49%
dos processos
pautados

Obs.: Para o cálculo foram excluídos os processos retirados de pauta.

281ª Sessão Ordinária.
FOTO: Luiz Silveira/Agência CNJ

Visibilidade do CNJ nas Mídias

PORTAL

No período de 13 de setembro a 5 de dezembro, o Portal do CNJ teve 6.153.337 visualizações de páginas. A maior parte dos acessos ao portal deu-se por meio de busca orgânica (79,2%) e obtiveram-se 27.343 acessos pelas redes sociais, sendo que, quase 75% dos acessos foram realizados pelo Facebook.

A perspectiva é ainda melhor: o portal do CNJ passará por profunda modificação. Com esse objetivo, foi instituído grupo de trabalho que irá reformular o portal com foco em melhorias na busca, na disponibilização dos conteúdos, na integração e na transparência da informação.

NOTÍCIAS

No período de setembro a dezembro, a página de notícias do CNJ ocupou a 15ª colocação no *ranking* de páginas mais acessadas do Portal, conforme relatório do *Google Analytics*. No entanto, as notícias do CNJ foram responsáveis por 27,95% das visualizações no portal. Em novembro, todas as notícias do CNJ obtiveram 1.719.859 visualizações, o que representa o 1º lugar em número de acessos.

No período, o CNJ foi destaque em vários veículos de comunicação nacionais e internacionais. Nesses três meses, a atuação do CNJ foi notícia mais de 14.400 vezes na mídia impressa, eletrônica e *on-line*.



6.153.337

Visitas ao Portal do CNJ



75%

dos acessos via Facebook



1.719.859

visualizações das Notícias no Portal do CNJ em Novembro/2018



Atuação do CNJ foi notícia mais de

14.400

entre Setembro e Dezembro/2018

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL



Foto: Divulgação/STF

O CNJ passou por recentes mudanças na estrutura organizacional, que proporcionaram uma gestão descentralizada e um impulso à rede de governança colaborativa do Poder Judiciário. Entre as novidades, está a criação da Secretaria Especial de Programas, Projetos e Gestão Estratégica (SEP). A SEP agregou o Departamento de Gestão Estratégica (DGE), o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (Ceajud), estabelecendo diretrizes gerais de atuação e direcionando seus resultados. Desde a sua instituição, além da direção superior das unidades supracitadas, a SEP vem buscando a otimização de gestão dos projetos institucionais do CNJ, regulamentando, por meio de normativos, novos procedimentos no

gerenciamento de projetos institucionais e na instrução processual. Em outubro, dando continuidade ao acompanhamento da estratégia do Conselho, a SEP, com o apoio do DGE, realizou a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), em que se pôde avaliar o desempenho das metas institucionais do CNJ e a execução dos projetos.

Também aconteceu a retomada de grupos de trabalho, comitês, fóruns e comissões, atualizando as composições e competências.

Cadastros Nacionais

Considerando a necessidade de promover melhor gestão dos cadastros nacionais coordenados pelo CNJ, assim como a atualização e o aperfeiçoamento dos dados cadastrais, foi instituído o Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais (CGCN).

SISTEMA CARCERÁRIO/ SEGURANÇA PÚBLICA



Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ

A preocupação com a violência e com a crise do sistema carcerário brasileiro é um dos temas centrais no CNJ. Para dar vazão a iniciativas que buscam soluções para esses problemas, o Conselho firmou vários termos de cooperação com órgãos do Poder Executivo e outras entidades. Acordos assinados entre o CNJ e o Ministério da Segurança Pública e o dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) vão permitir a identificação biométrica dos presos para permitir estudos e estatísticas, o incentivo ao uso de penas alternativas e a implantação do projeto “Penas Inteligentes”, que visa à modernização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado

(SEEU). Para auxiliar nesses projetos, o Ministério da Segurança Pública fez um repasse de R\$ 55 milhões ao CNJ. Ainda há previsão de repasse de mais R\$ 35 milhões.

O CNJ também assinou termo de cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) e o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) para implantação do SEEU nestes estados. Os Tribunais de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Estado da Bahia também estão em fase de implantação do sistema.

A digitalização dos processos de execução permite o controle efetivo de quem são os presos no país e do tempo de progres-

são, ou não, de pena. A ação proporcionará maior transparência e eficiência. Com todo esse trabalho desenvolvido entre os meses de setembro e dezembro de 2018, o Judiciário Brasileiro já possui 210 mil processos de execução digitalizados.

Também foi assinado termo de cooperação com o Ministério de Relações Exteriores e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O acordo proporcionará o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento da crise no sistema prisional e socioeducativo, ao prever o aprimoramento das políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica, além do aperfeiçoamento do cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. O termo também prevê o desenvolvimento de uma solução de inteligência artificial com o objetivo de auxiliar a gestão, disponibilizando instrumentos capazes de facilitar a extração de informações das bases processuais que são enviadas mensalmente pelos Tribunais ao CNJ.

Foi firmada também uma parceria com o Humanitas360 para promover iniciativas que fomentem o empreendedorismo cívico-social de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, de forma a contribuir para sua autonomia e emancipação individual, social e econômica. O Instituto Humanitas360 é uma organização sem fins lucrativos que apoia soluções e abordagens inovadoras para prevenção social, acesso à justiça, reabilitação e reintegração na sociedade de egressos do sistema prisional.

NÚMEROS

R\$ 90 MILHÕES

Valor repassado pelo Ministério da Segurança Pública ao CNJ para investimento nas seguintes ações:



Identificação dos presos para fins de estudos e estatísticas;



Incentivo ao uso de **penas alternativas**;



Digitalização dos processos de execução criminal;



Modernização do SEEU; e



Digitalização de 185 mil processos de execução penal.

FOCO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Em dezembro, o CNJ assinou termo de cooperação com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de desenvolver ações para dar mais efetividade aos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros. O foco das iniciativas é o enfrentamento à violência física, sexual e psicológica. O documento contempla a possibilidade de realização de eventos para troca de experiências positivas na área, pesquisas que orientem práticas e políticas públicas que representem inovação às rotinas do Poder Judiciário.

Em novembro, foi renovada a parceria com a Organização Não Governamental (ONG) Childhood Brasil, para realizar ações relacionadas ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, principalmente no que diz respeito a aperfeiçoar os procedimentos do depoimento especial.

O Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ) também foi reativado e sua composição foi atualizada no CNJ.

Justiça começa na Infância

O projeto “Justiça começa na Infância: fortalecendo a atuação do Sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”, desenvolvido pelo CNJ, foi um dos aprovados pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça. O objetivo do projeto é a promoção do fortalecimento e o aparelhamento das instituições públicas voltadas à garantia dos direitos difusos e coletivos previstos no artigo 227 da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Marco Legal da Primeira Infância, como, por exemplo, as Varas de Infância e Juventude, promotorias e defensorias públicas. Outra frente de atuação será a prevenção da improbidade administrativa dos servidores públicos que têm o dever de aplicar essa legislação.

O projeto deverá ser executado a partir de março de 2019, com prazo de ser concluído em, no máximo, dois anos.



Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ

PRIORIZAÇÃO DAS GRANDES OBRAS

Em uma iniciativa inédita, o CNJ envolveu-se em ações para enfrentar o problema das obras públicas paralisadas por entraves na Justiça. Foi criado um comitê de esforço conjunto que reúne o CNJ, os Tribunais de Contas da União (TCU), dos estados (TCEs) e dos municípios (TCMs) de todo o país para discutir soluções para a retomada das obras. Em levantamento preliminar, o TCU identificou 14.403 contratos que preveem a realização de obras atualmente paralisadas. O valor estimado dos projetos alcança R\$ 144 bilhões. O comitê vai identificar a razão de processos estarem paralisados, estabelecer prazos e prioridades e colocá-los em pauta. O foco principal são obras de infraestrutura, a saúde, a educação e a segurança pública.

Benefícios:



Otimização de recursos públicos – ao retomar a execução de uma obra;



Promoção da cidadania – ao entregar um bem à sociedade, agregando valores sociais, econômicos e ambientais;



Promoção do desenvolvimento econômico e social – ao finalizar obras, a exemplo de estradas, hospitais, centros desportivos e escolas; e



Integração entre o Poder Judiciário, órgãos de controle e órgãos de execução de obras.

RESOLVE



O CNJ elaborou um plano bienal que vai impulsionar, consolidar e ampliar a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse. É o programa Resolve, centrado no estabelecimento de interlocução com maiores litigantes e agências reguladoras, além da promoção da troca de experiência entre tribunais para operacionalização da rede conciliatória.

Dentro do programa, que já foi iniciado, está o projeto de estímulo à solução consensual por múltiplos meios das ações que tratam dos expurgos inflacionários sobre as contas de poupança, alcançadas pelo acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Projetos decorrentes do Programa:

Projeto **1**

Benefícios Previdenciários por incapacidade.

Projeto **2**

Ações Consumeristas – bancário – (poupança e planos econômicos).

Projeto **3**

Execução Fiscal, em especial, conselhos profissionais.

Projeto **4**

Programas de habitação – População de baixa renda.

Projeto **5**

Ações Consumeristas – Telefônicas.

Projeto **6**

Ações Trabalhistas – Grandes litigantes.

Todos os projetos possuem previsão de conclusão em 2020.

MEDIAÇÃO DIGITAL 2.0

O sistema de Mediação Digital 2.0 está em processo de aperfeiçoamento, graças a termo de cooperação, celebrado entre o CNJ, o Banco Central do Brasil e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Novo plano de trabalho para execução do Sistema está em fase de desenvolvimento, com a instituição de novo Comitê de Administração. Enquanto são definidas essas diretrizes, o sistema está momentaneamente indisponível para receber novas demandas, mas as mediações já iniciadas prosseguem normalmente.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Diversas medidas têm sido tomadas no sentido de promover soluções em Inteligência Artificial (IA). Como uma das prioridades dessa gestão, em outubro, foi assinado um termo de cooperação entre o CNJ e o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) para desenvolver soluções de IA que podem representar ganho de tempo para os servidores do Poder Judiciário e, conseqüentemente, o aprimoramento do serviço prestado pela Justiça à sociedade.

Durante o I Encontro Preparatório para a Reunião Nacional sobre Juízes e as Mídias Sociais realizado em dezembro, foram assinados dois termos de Cooperação entre o

CNJ e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). O primeiro, entre o CNJ e a Enfam, tem foco na transferência do sistema Corpus 927, de IA desenvolvido pela Enfam. Já o segundo, entre o CNJ, a Enfam e a Enamat, objetiva a formação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de magistrados na temática.



Foto: Istock

PJe

A Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura e da Gerência Executiva do PJe realizou, em outubro de 2018, o I Encontro da Rede de Governança do PJe. O evento contou com mais de 100 juízes e servidores de todos os segmentos da Justiça, que debateram melhorias para aprimorar e expandir diferentes aspectos do sistema: Gerenciamento de Mudanças; Requisitos; Desenvolvimento e Sustentação e Implantação.

Em novembro, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), segundo maior tribunal de Justiça do país, aderiu ao PJe, fazendo que 71 dos 90 tribunais brasileiros façam uso do sistema.

DESBUROCRATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO



Foto : Gil Ferreira/Agência CNJ

A criação da rede de desburocratização dos tribunais foi anunciada em novembro, durante o seminário Desburocratização do Poder Judiciário, organizado pelo CNJ. Os tribunais irão pensar maneiras de simplificar os procedimentos, inicialmente, em três áreas: processo judicial, extrajudicial e administração judicial. As boas práticas serão avaliadas e poderão ser adotadas em todo o Judiciário com a coordenação do CNJ. O evento contou com a presença de autoridades dos três poderes da República.

MODERNIZAÇÃO DAS BASES DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO

Em outubro, foi iniciado projeto que visa estabelecer novo modelo para transferência de dados dos tribunais ao CNJ. Com isso, espera-se melhorar a qualidade das informações geradas e também o desempenho das ferramentas de análise de dados e dos dashboards.

Em dezembro, foi assinado memorando de entendimento entre o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (Pnud) e o CNJ. Essa parceria tem como foco o desenvolvimento de uma solução de IA que visa auxiliar a gestão, ao serem disponibilizados instrumentos capazes de facilitar a extração de informações das bases processuais que são enviadas mensalmente pelos tribunais ao CNJ.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO (ENCCLA)

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) visa à articulação e à atuação conjunta entre órgãos públicos que trabalham com a fiscalização, o controle e a inteligência, como forma de aperfeiçoar a prevenção e o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Das ações estipuladas para o ano de 2019, o CNJ participa como colaborador em ações como a promoção da melhoria no sistema de combate aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

PAINEL SOCIOAMBIENTAL



Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ

A temática socioambiental, também valorizada pelo CNJ, estimulou a criação do Painel Socioambiental, que, por meio da ferramenta QlikView, é atualizado regularmente e permite o acompanhamento dos resultados das ações de sustentabilidade realizadas pelos tribunais, tais como consumo de papel, água, energia, entre outras. O Painel foi apresentado durante o I Workshop Socioambiental do Poder Judiciário realizado em novembro, que reuniu equipes de 60 órgãos para debater e votar propostas de revisão da Resolução CNJ n. 201/2015, que regula, entre outros pontos, a implantação dos planos de logística sustentável na Justiça de todo o país.

XII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Nos dias 3 e 4 de dezembro, a alta cúpula dos tribunais brasileiros se reuniu em Foz do Iguaçu/PR para a realização do XII Encontro Nacional do Poder Judiciário. O evento inovou na apresentação de painéis temáticos para discutir assuntos de interesse da magistratura nacional: “A desburocratização no Poder Judiciário”, “Formação de servidores do Poder Judiciário”, “Mecanismos de conciliação em ações de massa”, “Centros de inteligência do Poder Judiciário”, “O Judiciário e o sistema prisional: análise situacional, compreensão do cenário e caminhos para seguir” e “Uso da inteligência artificial nos processos judiciais”.



Foto: Agência CNJ

Antes da realização da 12ª edição do Encontro Nacional do Poder Judiciário, o DGE coordenou a consulta pública sobre a proposta de Metas Nacionais do Judiciário para 2019, aberta à sociedade no período de 31 de outubro a 12 de novembro no portal do CNJ. Esta é uma das etapas

previstas no processo de formulação das Metas Nacionais (Portaria CNJ n. 114/2016). No total, foram recebidas 1.093 manifestações durante o período, e os resultados foram analisados e votados durante o encontro.

Metas do Judiciário 2019

1 Julgar **mais** processos do que a quantidade distribuída no ano



2 Julgar processos **antigos**



3 Priorizar a **conciliação**



4 Ampliar o combate à **corrupção, improbidade administrativa e a ilícitos eleitorais**



5 Aumentar o índice de **execução**



6 Julgar mais **ações coletivas**



7 Identificar e reduzir **demandas repetitivas**



8 Julgar mais casos de **feminicídio e de violência doméstica**



As oito **Metas Nacionais do Judiciário para 2019** foram definidas com a participação dos presidentes dos 90 tribunais. As diretrizes servem como orientação às cortes de todos os segmentos de Justiça das prioridades administrativas a serem seguidas no ano seguinte. A retomada da conciliação como meta da Justiça Estadual foi um dos destaques, assim como a inclusão da priorização de julgamentos de casos de ilícitos eleitorais pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais.

Selo Justiça em Números

A entrega do Selo Justiça em Números foi feita durante o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário. Quatro tribunais ganharam o Selo Diamante, categoria máxima do prêmio – Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Trinta foram contemplados com o Selo Ouro; 42 com o Selo Prata; e 13 com o Selo Bronze.



Selo Justiça em Números. FOTO: Agência CNJ

Evolução do Selo Justiça em Números

Em 2019, haverá mudanças na concessão do Selo, com a avaliação de três novos eixos. Além de atender ao requisito básico de encaminhamento adequado dos dados, ao nível de informatização do tribunal, ao uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e ao cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação, as cortes serão avaliadas em relação à governança, à produtividade e à qualidade e à transparência da informação.

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

O CNJ coordenou a elaboração do *ranking* da transparência do Poder Judiciário.

Os conselhos e tribunais brasileiros tiveram até 9 de novembro para preencher o questionário que serviu de base para elaboração do *ranking* que passará a ser divulgado pelo CNJ, anualmente. A finalidade do *ranking* é estimular que os órgãos do Poder Judiciário disponibilizem aos cidadãos cada vez mais informações em seus portais na internet.

Com base nos dados prestados pelos conselhos e tribunais foram premiados os seguintes tribunais:

1º Lugar:

TRE - PA

2º Lugar

TRE - BA

3º Lugar

TRE - SE

4º Lugar

TJDFT

5º Lugar

TRT 4

AÇÕES

Projetos consolidados na pauta do CNJ também receberam atenção especial

Semana da Conciliação



A 13ª Semana Nacional de Conciliação, realizada em novembro em todo o país, alcançou mais de R\$ 1,5 bilhão em acordos. Atualmente, há 982 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania nos tribunais brasileiros.

NÚMEROS

**R\$ 1,5
BILHÃO**

Valor dos acordos homologados

Prêmio Conciliar é Legal

Responsáveis pela solução de 3,7 milhões de processos em 2017, os acordos firmados por meio da conciliação e da mediação são uma realidade no Poder Judiciário brasileiro. Política adotada pelo CNJ desde 2006, as práticas autocompositivas para a resolução de conflitos seguem sendo incentivadas. Um dos instrumentos usados para tanto é o Prêmio Conciliar É Legal, que chega à nona edição com a inscrição de 105 projetos. A premiação será entregue na primeira sessão ordinária do CNJ em 2019.

Mês Nacional do Júri

Instituído pelo CNJ em 2016, o Mês Nacional do Júri é um esforço concentrado de magistrados e servidores no julgamento de crimes dolosos contra a vida e prevê que os tribunais estaduais priorizem a realização de júris populares em novembro. Por determinação da Presidência do CNJ, este ano, a prioridade foi a análise de processos com réus presos e casos contra mulheres e crianças.

Semana Justiça pela Paz em Casa



A 12ª edição da Semana Justiça pela Paz em casa, realizada em novembro, teve como prioridade julgar casos de violência doméstica, além de feminicídios consumados e tentados. Muitos tribunais promoveram cursos de capacitação e fortalecimento, palestras e eventos de combate e prevenção à violência familiar contra a mulher. De acordo com os dados do Portal de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do CNJ, tramitam no Judiciário brasileiro aproximadamente 940 mil processos de violência doméstica. Em relação aos casos de feminicídio, são mais de 11 mil processos.

Pesquisas

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos dados das pesquisas do CNJ, reformulou-se o Conselho Consultivo do DPJ do CNJ. Os consultores, com experiência reconhecida em atividades do Poder Judiciário, têm a incumbência de examinar e opinar sobre estudos, relatórios, análises, projetos, pesquisas e diretrizes metodológicas cogitadas ou desenvolvidas pelo DPJ. Entre os temas prioritários para pesquisa sugeridos pelos conselheiros, estão as políticas judiciárias que tenham impacto na primeira infância (que vai de 0 a 6 anos de idade) e na segurança pública.

Justiça Restaurativa

O Comitê Gestor da Justiça Restaurativa, reativado, é uma das prioridades do CNJ. A ideia é que essa política seja construída de baixo para cima, de maneira transparente e responsável, levando em conta projetos, programas e ações já implantados pelos tribunais nos estados.

EVENTOS, VISITAS E ATOS INSTITUCIONAIS

- Seminário de Aproximação Institucional entre a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e CNJ para a mediação digital



Foto: G. Dettmar/Agência CNJ

- *Workshop* sobre procedimentos administrativos da Resolução CNJ n. 235/2016: Repercussão Geral, Casos Repetitivos e Incidente de Assunção de Competência



Foto: G. Dettmar/Agência CNJ

- I Seminário Sistema Bacenjud 2.0: desafios e perspectivas
- Reunião Ordinária do VII Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec)
- Fortalecimento da participação do CNJ na Enccla
- Visitas Inspeccionais da Corregedoria aos Tribunais de Justiça de Sergipe, do Piauí, do Amapá, do Distrito Federal e dos Territórios e do Rio Grande do Norte



Foto: Gláucio Dettmar

- Visitas Institucionais aos Tribunais de Justiça do Paraná, do Espírito Santo, de São Paulo, de Alagoas e do Rio de Janeiro
- I Encontro Preparatório para a Reunião Nacional sobre Juízes e as Mídias Sociais



FOTO: Gil Ferreira/ Agência CNJ

TERMOS DE COOPERAÇÃO ASSINADOS ENTRE SETEMBRO E DEZEMBRO DE 2018

PARTÍCIPIES	OBJETO
MS e CNJ	Proporcionar às assessorias dos TJs e TRFs, por meio de consultoria à distância, suporte técnico para a avaliação, sob o ponto de vista médico, das demandas judiciais relacionadas com atenção à saúde com pedido de tutela antecipada sob a alegação de urgência.
CNJ, TJDF e DF (SSP)	Implementar ações para o cadastramento biométrico e a emissão de documentos de identificação das pessoas em privação de liberdade no DF. (em andamento)
CNJ e USP	Desenvolvimento de pesquisas empíricas em direito que subsidiem a avaliação/proposição de políticas públicas e outras ações de interesse mútuo, de forma a promover insumos com vistas ao aprimoramento da função jurisdicional.
CNJ e INSPER	Desenvolvimento de pesquisas empíricas em direito que subsidiem a avaliação/proposição de políticas públicas e outras ações de interesse mútuo, de forma a promover insumos com vistas ao aprimoramento da função jurisdicional. (em andamento)
CNJ e Instituto Humanitas 360	Promoção de iniciativas de fomento ao empreendedorismo cívico-social para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, de forma a contribuir para sua autonomia e emancipação individual, social e econômica.
CNJ - AMB	Realização de eventos culturais e jurídicos relativos ao Encontro Nacional do Poder Judiciário e outros de mútuo interesse.
CNJ - AMAPAR	Realização de eventos culturais e jurídicos relativos ao Encontro Nacional do Poder Judiciário e outros de mútuo interesse.

CNJ - CNMP - Ministério da Segurança Pública/ MSP	Estabelecer melhorias no sistema de execução penal e da justiça criminal, especialmente na qualificação da gestão da informação e no desenvolvimento e integração entre sistemas informatizados, bem como no aprimoramento da implementação das políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica
CNJ - Ministério dos Direitos Humanos/MDH	Ação integrada entre os partícipes em temas de interesse comum para a consecução de medidas necessárias à implementação dos Direitos Humanos, formuladas pelas Secretarias que integram o MDH e pelos Colegiados que atuam conjuntamente com o Ministério, e apresentadas perante o CNJ.
CNJ - CNMP - Ministério da Segurança Pública/ MSP - MDH	Cadastrar, biometricamente, aqueles que estão sob a guarda do Estado, no sistema prisional, ou seus egressos, com vistas a permitir a devida individualização civil e administrativa para o exercício de todos os direitos decorrentes da cidadania.
CNJ - TJRO	Desenvolvimento e uso colaborativo de soluções de inteligência artificial, com base no sistema SINAPSES do TJRO, dando apoio à produção de conteúdo jurídico, focado na integração com o Processo Judicial Eletrônico (PJe), simulando o comportamento e raciocínio humano, criando análises, compreendendo e obtendo respostas para diferentes situações, rotinas e processos.
CNJ - CNMP e MDH	Criação e implementação, com base em critérios científicos e estatísticos, do Formulário Nacional de Avaliação de Risco para a prevenção e o enfrentamento de crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, que futuramente deverá instruir todos os inquéritos policiais que apurem crimes dessa natureza, para subsidiar a atuação do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Ministério dos Direitos Humanos, com amparo no Cadastro Nacional de Violência Doméstica (CNVD).
CNJ - UNICEF	Imprimir efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, como meio de minimizar indicadores negativos que evidenciam a existência de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes
CNJ - ENFAM	Desenvolvimento de ferramentas de automação e de inteligência artificial visando à celeridade processual e à melhoria da prestação jurisdicional.
CNJ - ENFAM - ENAMAT	Cooperação técnico-científica, acadêmica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, com vistas à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de magistrados, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesses comuns entre os partícipes.

CNJ - CNMP	Solicitação de pareceres técnico-científicos sobre medicamentos, procedimentos, tratamentos médicos e produtos, elaborados na forma disposta no TCT 21/2016 (CNJ e MS), que constarão do sistema de dados E-NatJus, criado e mantido pelo CNJ, a fim de racionalizar e qualificar a judicialização da saúde pelo MP.
DEPEN - CNJ	Desenvolvimento de estratégias para promover a redução da superlotação e superpopulação carcerária no Brasil, com enfoque nas políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica de pessoas.
CNJ - TRF3	Realização de digitalização de acervo de autos judiciais físicos em andamento na Seção Judiciária de São Paulo, com o repasse de recursos no valor de R\$ 1.392.600,00 à Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para viabilizar a realização do Projeto TRF3 - 100% PJe
DEPEN - CNJ	Execução do Projeto “Penas Inteligentes”, contemplando o aprimoramento da base de dados do Sistema de Informações do Departamento penitenciário Nacional (Sisdepen), por meio de aperfeiçoamento e interoperabilidade e disseminação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)
CNJ - TJRJ	Implantar o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para a tramitação de atos processuais, disponibilizando seus recursos humanos, tecnológicos e financeiros para a adequada instalação e funcionamento do sistema, no prazo de quatro anos, nos termos previstos no acordo celebrado no Processo CNJ no 0008028-54.2018.2.00.0000, atendido os requisitos informados no ofício GABPRES-ASCNJ nº 233/2018
CNJ - MRE - PNUD	Oferecer ferramentas e desenvolver estratégias, visando o fortalecimento do monitoramento e da fiscalização dos sistemas prisional e socioeducativo, com ênfase para um maior controle e redução da superlotação e superpopulação nesses sistemas (Projeto BRA/18/019)
CNJ e PNUD	Desenvolvimento conjunto de iniciativas de mútuo interesse, em linha com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 16. Cooperação em iniciativas voltadas ao uso da tecnologia da informação aplicada à ampliação do acesso à Justiça, em especial com o desenvolvimento, pelo PNUD, de um sistema de inteligência artificial profunda, com algoritmos de machine learning desenvolvidos especificamente para dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça. O sistema será desenvolvido em estreita articulação com o CNJ e cedido sem ônus ao Conselho.

